

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Jalcione Almeida*

Falar sobre a sustentabilidade hoje em dia pode gerar dois grandes incômodos.¹ O primeiro é originado pelo fato de que, para muitos, parece que este tema está ligado a modismo (ou como uma noção que muitas vezes é utilizada para se obter mais facilmente recursos financeiros em projetos ou para parecer “politicamente correto”). O segundo incômodo, porque é ainda uma idéia, um conceito em disputa, com limites ainda indefinidos e que reflete um grande conflito de interesses.

Noção incômoda para muitos, para alguns se transforma em desafio e, por extensão, em estímulo para pensá-la enquanto problemática de pesquisa e reflexão. Justamente por representar um emaranhado de posições, refletidas segundo o lugar que cada agente social envolvido no debate ocupa no campo social e político mais geral, que esta noção tem motivado a reflexão nos últimos anos. Entrando neste debate, de maneira muito breve e certamente incompleta, farei algumas reflexões sociológicas acerca do que chamo a “questão do desenvolvimento sustentável”.

Por que esse tema se transformou numa verdadeira questão? Porque aparece crescentemente como algo já perfeitamente assimilado ao tecido social, fazendo parte de demandas específicas, de experimentações – ainda que em menor grau – e de decisões políticas. Por isso que, mesmo aparecendo às vezes como moda em alguns contextos sociais, o tema é importante e tem relevância social.

* Agrônomo e sociólogo, professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e de Sociologia (PPGS/UFRGS) e da Faculdade de Agronomia (UFRGS). Pesquisador CNPq. Líder do grupo de pesquisa TEMAS – Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (UFRGS – Diretório de Pesquisa do CNPq). E-mail: jal@ufrgs.br.

¹ Subsídio à intervenção do autor no Congresso Internacional Globalização Econômica, Meio Ambiente e Sociedade Civil, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (UFRGS) e Pace University, em 2-3.06.2005.

A crítica e o debate em torno do desenvolvimento sustentável se intensificam a partir de alguns fatos e movimentos gerais, entre outros:

- (I) uma crise generalizada nos países de capitalismo periférico, a partir da década de 1950, mostrando que o progresso não é uma virtude natural que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuem (implicando também na crise do industrialismo e da idéia de que o desenvolvimento é igual a progresso material que, por sua vez, traz o bem-estar social; ou que o desenvolvimento técnico-científico implica sempre o desenvolvimento socioeconômico, o progresso e o crescimento – Almeida, 1997);
- (II) crises sociais, expressas de diferentes maneiras, via concentração de renda, de riquezas e da terra, o êxodo rural, a violência em todos os sentidos;
- (III) uma crise ambiental, manifestada também de diferentes e graves formas, como por exemplo a degradação e a escassez dos “recursos” naturais, a contaminação dos alimentos etc.;
- (IV) uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médios de renda e pela constatação, por exemplo, de que a maioria dos produtos agrícolas incentivados pela modernização deixou de ser atrativa sobre este aspecto, mesmo – e principalmente – as *commodities*.

Queria, no entanto, me deter num aspecto que engloba tudo o que foi citado anteriormente: *a crise da idéia de modernidade ou de modernização* embutida nos projetos dominantes de desenvolvimento e sua repercussão nos espaços sociais.

Seguidamente, a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em conseqüência disso, os países periféricos são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos ou centrais, todos de modernização precoce. Isto implicou, no mundo inteiro, na aplicação de um padrão único de modernização e, portanto, a tendência a ver “em atraso” os países tidos como “subdesenvolvidos”.

Esse padrão de desenvolvimento único, linear, universal e universalizante e de caráter positivo, levou muitos países a seguinte escolha: de um lado, a racionalização e, portanto, a separação funcional da esfera econômica, racionalizada, e a vida privada, colocando entre as duas um espaço político aberto e um mercado forte; e, de outro, para aqueles que se negavam a aceitar esse padrão “moderno”, um aprofundamento no anti-desenvolvimento como meio de escapar do subdesenvolvimento, ou seja, em uma recusa ao padrão desenvolvimentista imposto, implicando, muitas vezes, no isolamento, na defesa pura e simples das identidades culturais ou na contracultura.

Na agricultura e nos espaços rurais, por exemplo, essa crise implicou na transformação, por vezes brusca e acrítica, da agricultura dita “tradicional”. Esta passou a ser vista, quase sempre, como algo atrasado, incapaz de alavancar o progresso pretendido. Os agricultores que a representam ao redor do mundo são alvo de “políticas de modernização” tentando

inserir-los, cada vez mais, nos mercados. Estes, por sua vez, passaram a ser os reguladores do social, “entes” com liberdade total para definir e atender as demandas sociais. O cidadão transformou-se, gradativamente, em consumidor. O emblema da superioridade do mercado fica bem expresso na opinião de Victor Lebow, publicitário e analista de comércio norte-americano, que em 1950 disse:

“A nossa enorme economia produtiva (...) exige que façamos do consumo a nossa forma de vida, que venhamos a converter o ato de comprar e de usar os bens como rituais, que procuremos a nossa satisfação espiritual, a nossa satisfação do ego, no consumo (...) precisamos de bens consumidos, usados, gastos, substituídos e jogados no lixo em taxas sempre crescentes”.

Mas este mercado não é para todos: encontramos os que são “mais” consumidores e os que são “menos” consumidores. Há também aqueles que nada ou muito pouco consomem. Estes não são nem cidadãos, nem tampouco consumidores. Há, portanto, algumas categorias de pessoas que, do ponto de vista do mercado, valem pouco.

Pouco a pouco a visão econômica das coisas e o mercado regulador passam a ser os balizadores do pensamento e da ação social em muitos contextos. Tudo é visto sobre esta ótica; nela, o social subordina-se ao econômico, passando a ser um dos componentes desta esfera, e não o inverso.

A crise da idéia de modernização sustentadora do padrão de desenvolvimento dominante é percebida pelos segmentos sociais de diferentes maneiras. Grosso modo, para facilitar a compreensão do campo em que se dá este embate por novas alternativas de desenvolvimento ou de superação da crise, tem-se duas grandes posições: uma, que acredita que a situação é devida a uma crise dos mercados, estes necessitando de apenas alguns ajustes para que possam superar a crise e atingir novos níveis de acumulação capitalista; outra, que pensa que a situação expressa, na verdade, uma crise de modelo, onde os pressupostos do desenvolvimento industrial capitalista mostram seu esgotamento. Claro está que as propostas para superação da crise, como já mencionei – e reitero – são política, ideológica, econômica e socialmente diferentes. Está em jogo, na verdade, uma nova concepção das relações sociais.

A grande questão, hoje, portanto, diz respeito à possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista e modernizador, que tenha uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável.

O desenvolvimento sustentável parece querer dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos “recursos” naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Há, entretanto, uma dúvida em relação a qual ator / agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração. Trata-se de sustentar o quê? “Futuro comum” de quem e para quem? Aqui reside, na verdade, a principal base de conflitos entre aqueles que disputam a idéia da sustentabilidade e as práticas sociais e produtivas a ela circunscritas. No entanto, o desenvolvimento sustentável não esbarra somente em embaraços conceituais. Ele envolve uma discussão mais ampla, filosófica e científica que passaria inclusive pelo questionamento das utopias sociais atuais.

Esse novo desenvolvimento, mais sustentável, apresenta, pois, alguns desafios e limites. Os organismos “oficiais” têm se esforçado para alcançar uma conceituação de desenvolvimento sustentável capaz de ser aceita pela maioria dos atores sociais ou agentes econômicos envolvidos com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. No entanto, estes esforços não têm sido tão promissores, o que se constitui num desafio para aqueles que estão empenhados na busca do desenvolvimento. A definição que mais se aproxima do consenso “oficial” é ainda aquela do Relatório Brundtland.

Também não há nenhum consenso acerca dos padrões de crescimento econômico que devem embasar a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Estes, por exemplo, deveriam seguir aqueles padrões dos países mais avançados industrialmente ou os dos países pobres ou “em desenvolvimento”? Para alguns, se analisado por critérios ambientais, tais como a utilização de “recursos” não renováveis e a poluição, os países do hemisfério sul estariam mais próximos da sustentabilidade.

Outra dificuldade reside no caráter interdisciplinar da noção de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável. Áreas do conhecimento como a biologia, ecologia, agronomia, sociologia, economia, entre outras, devem ser integradas para uma maior e melhor compreensão dos sistemas sociais e naturais. Mas a “comunidade” científica, preocupada com a monodisciplinaridade, e devido a sua grande heterogeneidade social e múltiplos interesses científico-acadêmicos, ainda não se voltou para essa perspectiva, devendo ser reciclada para melhor se adaptar às novas tendências da pesquisa.

Para a nova concepção de desenvolvimento que parece surgir, os temas e ideais como democracia, auto-determinação dos povos, respeito à diversidade cultural, à biodiversidade natural e à participação política dos cidadãos, nas suas diferentes formas, resultam de opções políticas, implicando no deslocamento da racionalidade econômica para o campo da ética. A discussão, pois, passa a ser referida aos valores que determinam concepções do que sejam as “necessidades humanas”. A solução da crise ambiental, por exemplo, passaria pela democratização do controle sobre os “recursos” naturais e pela desprivatização do meio ambiente comum. No campo propriamente social, a integração crescente de amplas massas da população até agora excluídas seria a prioridade, transformando pessoas em cidadãos, cientes do que fazem.

A preocupação ética que faz da luta contra a pobreza um dos maiores motores da ação social no mundo é acompanhada da valorização da autonomia e da independência que devem resultar das ações de desenvolvimento, sempre apoiadas nas estruturas organizativas dos cidadãos. Há, permanentemente, uma tensão entre a luta contra a pobreza e a necessidade de autonomia e independência, que não pode ser escamoteada. Só o trabalho consciente e participativo pode impedir isso.

Enfim, o debate sobre a sustentabilidade vem favorecendo diversos eixos de reflexão que apontam para diversos modos de elaborar coletivamente mudanças técnicas e sociais significativas. Entre os vários valores de referência colocados para discussão, estão os novos

conceitos de eficiência capazes de assegurar sustentabilidade para os meios materiais necessários para o desenvolvimento econômico e social: princípios de equidade; novos padrões de consumo e produção; a consideração do papel do saber local, acumulado para a auto-suficiência das comunidades e; fundamentalmente, princípios éticos ligados à preservação da vida no planeta (Acserald, 1999).

Junto com o debate recente do desenvolvimento sustentável vem se desenvolvendo uma percepção crescente de que os modos sociais de apropriação do mundo material – dimensão integrante do que se tem chamado de “modos ou modelos de desenvolvimento” – articula simultaneamente formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais, expressivas dos padrões desiguais de poder sobre os “recursos” ambientais, e formas culturais, que incorporam os valores e racionalidades que guiam as práticas sociais e técnicas. Nesta perspectiva, a sustentabilidade tende a ser entendida como um processo pelo qual as sociedades lidam com as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sócio-políticos que regem a distribuição dos “recursos” ambientais (Acserlad, 1999).

Este sentido complexo vem sendo apontado nos esforços realizados no interior dos debates mundiais em torno do chamado “ciclo social” estabelecido pelas conferências das Nações Unidas, que aconteceram entre 1990 e 1996, no qual, através de um processo cumulativo e integrado, pôde-se apontar algumas linhas básicas para a construção de novos conceitos de desenvolvimento.

As primeiras avaliações deste “ciclo social” das Nações Unidas identificam os limites concretos para transformar retórica em ação prática. Segundo Acserlad, (1999), nesses limites encontram-se (a) as tensões entre as esferas diversas das leis internacionais, o sistema das Nações Unidas e as cada vez mais poderosas instituições de Bretton Woods (o FMI, o BIRD e a OMC); (b) o surgimento de atores sociais globais, tais como corporações transnacionais e grandes fluxos de capital financeiro, menos subordinados aos controles políticos nacionais; (c) também os conflitos entre os aspectos cumulativo e integrado dos resultados das conferências internacionais do “ciclo social” e as políticas públicas nacionais predominantemente setoriais; (d) ainda as dificuldades em se estruturar as políticas públicas organicamente, dado a multiplicidade das relações entre escalas e interescalas onde as ações locais, nacionais, regionais e globais estão inseridas; por fim, (e) a insuficiência da base social necessária para dar apoio e legitimidade às ações desenvolvidas nas instâncias nacionais pelas organizações não-governamentais, sindicatos e representantes de corporações.

Apesar das várias dificuldades mencionadas, as discussões levantadas através do “ciclo social” das Nações Unidas têm sido bem sucedidas no que diz respeito à criação de uma “nova cultura de desenvolvimento”, através da revisão crítica do marco conceitual tradicional do desenvolvimento e de sugestões para três eixos básicos de ação em direção à sustentabilidade: (a) a promoção da equidade através de mecanismos distribuíveis; (b) a consolidação e construção de direitos; e (c) a garantia de reprodução das bases ecológico-sustentáveis para o desenvolvimento social.

Nesta perspectiva, as metas de sustentabilidade ambiental, equidade de gêneros, erradicação da pobreza, respeito aos direitos humanos, emprego e integração social devem ser atingidas através de um processo complexo que envolve conflito e cooperação nos níveis local, nacional, regional e global, mobilizando uma variedade de agentes sociais tais como governos, organizações internacionais, corporações e grupos de cidadãos. Trata-se, portanto, de um quadro conceitual global e relacional que referencia o conjunto das dimensões do desenvolvimento, incluindo a perspectiva da integração democrática da variável ecológica constitutiva dos processos sociais (Acsehrad, 1999).

Ainda segundo Acsehrad (1999), o grande desafio para a construção democrática da sustentabilidade é diminuir o que se entende por sobreconsumo do Norte e das classes privilegiadas dos países menos desenvolvidos por razões de justiça e por meios justos. Para isso, não seria apropriado lidar com o assunto por estágios, ajustando ecologicamente o consumo para depois compensar os efeitos indesejáveis nas populações pobres dos países menos desenvolvidos. O maior desafio é começar a desencadear, de forma coordenada, o ajuste ecológico do consumo e as dinâmicas de redistribuição. Esta iniciativa pode passar, por exemplo, pelo aumento dos preços das mercadorias exportadas pelas nações menos desenvolvidas, combinada com iniciativas desses países com a desintensificação da produção e o menor impacto sobre os seus “recursos” naturais, através da promoção de circuitos alternativos de comércio, onde as redes de consumo dos países do Norte sejam ligadas diretamente a sistemas produtivos mais justos e menos predatórios dos países do Sul.

Os caminhos democráticos que levam à sustentabilidade tendem a reconhecer que os processos de degradação ambiental e desigualdade social dependem das estruturas de poder sobre os “recursos” ambientais. Situar o meio ambiente na campo político dos direitos seria uma forma de questionar, ainda que simbolicamente, esta desigualdade de poder sobre os “recursos” naturais. Sabemos, no entanto, que esta desigualdade de poder é somente parcialmente expressa em termos de desigualdade do consumo *per capita* de matéria e energia entre as nações. O questionamento da desigualdade nos níveis de consumo deve ser visto como um passo para se discutir a desigualdade de poder sobre os “recursos” ambientais, procurando-se soluções que sejam, ao mesmo tempo, ecológicas e verdadeiramente mais redistributivas.

O caminho que me parece ser ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade. O desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções as crises social e ambiental. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta parece uma verdadeira chance para a reorganização social, visando à manutenção da bio-socio-diversidade.

Por fim, gostaria ainda de reforçar a necessidade urgente da busca de um desenvolvimento sustentável, particularmente num país como o nosso, através de uma ilustração. Nossa sociedade muitas vezes tem se caracterizado por situações muito emblemáticas, muito sintomáticas de um país tão desigual, quando se permite, sem qualquer possibilidade de atuação governamental, que um anúncio nos classificados de um jornal paulista, em dezembro de 1994, ofereça para venda uma fazenda de 4 milhões de hectares!² Quatro milhões de ha é uma área equivalente a 70% de Portugal, por exemplo! Se chegamos a ter uma sociedade como essa, onde três quartos de um país como Portugal é ofertado livremente no mercado, que alguém tem a apropriação privada disso e não precisa nem utilizar, podendo deixar simplesmente desocupado, então o nosso desenvolvimento social tem que caminhar, necessariamente, em outra direção. Essa é uma simples ilustração que serve para mostrar como o desenvolvimento sustentável no nosso país é uma necessidade urgente.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ACSELRAD, Henri. *A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate europeu*. In: Cadernos de Debate 5, Projeto Brasil Sustentável, FASE, 1999.

ALMEIDA, Jalcione. “Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável” In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander (Orgs.), *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na busca do desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, Editora da Universidade (UFRGS), 1997;

² Os termos do anúncio: “Vendo a maior fazenda do mundo, com 4 milhões de hectares, 60 milhões de m³ de madeiras de lei já inventariada, sendo 37 espécies, 28 rios, alguns navegáveis. Maiores informações tratar (...)” (*O Estado de São Paulo*, dez. 1994).

